

João Pessoa, PB, 14 a 20 de novembro de 2011 - nº 47 - Ano XIV

Greve não é ilegal

O Sindifisco-PB informa que a greve não foi declarada ilegal pelo TJ-PB. O que houve foi o deferimento do pedido de suspensão do movimento, por parte do Tribunal. O mérito da ação sobre a ilegalidade ou não da paralisação deverá ser votado posteriormente.



Assembleia geral respeita decisão do TJPB

Ao contrário do Governo Ricardo Coutinho, que vem escolhendo as leis e decisões que deseja cumprir, a categoria fiscal definiu, em assembleia geral na sexta-feira última (18), que irá respeitar a decisão do TJPB, de suspensão da greve. Dessa forma, os auditores fiscais voltaram ao trabalho desde zero hora do sábado (19), nos plantões fiscais e, a partir desta segunda-feira (21), nos setores administrativos.

Diretoria no sertão

Na semana passada, os diretores José Di Lorenzo (cultura) e Jônio Tenório (adjunto de aposentados), visitaram os colegas nas 4ª e 5ª Gerências Regionais de Fiscalização. Nesses setores de trabalho, os diretores atualizaram a categoria sobre os fatos recentes envolvendo a greve. Por sua vez, os auditores reafirmaram o engajamento na mobilização.

Apoio da sociedade

A sociedade também apóia a mobilização do Fisco, conforme constatado em e-mails que estão sendo recebidos na sede do Sindifisco-PB. A solidariedade acontece simultaneamente ao apoio recebido de parlamentares e entidades.

Ao longo de toda a greve, o Sindifisco atuou com base em um discurso claro e preciso para com a categoria e sociedade. O que o Fisco está pleiteando é um direito legítimo e a sociedade tem entendido a luta da categoria.

Apoio também dos parlamentares

O Fisco segue recebendo a solidariedade de parlamentares em relação ao movimento pelo cumprimento da Lei do Subsídio. Na quinta-feira última (17), o deputado estadual Frei Anastácio criticou a campanha que tem sido empreendida pelo Governo contra a mobilização da categoria.

A nota do Sindifisco-PB em resposta ao Governo também foi lida pelo senador Cícero Lucena no plenário da Casa. “O governo Ricardo Coutinho não honrou o pagamento do reajuste devido para 2011 e nada indica que pagará o previsto para 2012”, disse o senador.

TCE alerta: Governo já alcançou índice previsto na LRF

O TCE-PB constatou que o Governo já se adequou ao índice previsto na LRF no que se refere aos gastos com pessoal. O fato vinha sendo denunciado pelo Sindifisco-PB desde o início da greve. Um dos falsos argumentos do Governo para negar o cumprimento da Lei do Subsídio é que o Estado não havia conseguido se adequar à LRF.

Em análise do Relatório de Gestão Fiscal, o TCE, demonstrou que os índices relativos à folha de pagamento do Governo já estão em 44,37%, abaixo do limite prudencial da LRF, que é de 46,55%.

Prazo para que?

Em audiência pública na Assembleia Legislativa, os deputados e os servidores públicos forçaram o Governo a se posicionar quanto ao veto dado ao artigo 59 da LDO, que trata do reajuste das categorias. A audiência, que aconteceu na quarta-feira última (16), foi adiada devido ao impasse gerado sobre qual Lei é válida: a aprovada pela ALPB ou a publicada pelo Governo com vetos.

A questão de ordem foi levantada pelo deputado Luciano Cartaxo e pelo representante do Comando de Greve do Sindifisco-PB, Glaucio Gouvea, já que a LDO com vetos foi publicada pelo Governo após terminado o prazo constitucional.

LDO válida é a aprovada na ALPB

A reunião do Fórum dos Servidores públicos da última quinta-feira (17) foi pauta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em reunião no mesmo dia com o presidente da ALPB, Ricardo Marcelo, os integrantes do Fórum perguntaram ao parlamentar qual Lei era válida: a que foi aprovada pela Assembleia Legislativa ou a que foi publicada com vetos. Acompanhando a opinião do deputado Vituriano Abreu, relator da matéria, Ricardo Marcelo afirmou que a LDO válida é a que foi aprovada pelo Poder Legislativo.

O Fórum dos Servidores se reúne novamente nesta terça-feira (22), às 16h, na sede do Sindifisco-PB.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os auditores fiscais, em assembleia geral realizada quinta-feira última (17) aprovaram, por unanimidade, voto de apoio ao colega Amadeu Robson, em virtude de ameaças anônimas que o auditor e sua esposa receberam recentemente.

Analista privilegiado da cena cotidiana e política paraibana, Amadeu Robson escreve artigos para portais do Estado e nacionais. Nos últimos escritos, fez avaliações concisas sobre a realidade das categorias de servidores, sobretudo a Fiscal, que, certamente, incomodaram aqueles que não aceitam críticas ao descaso instalado na Paraíba.

A categoria fiscal repudia veementemente atos covardes como esta tentativa de cercear a liberdade de expressão, direito constitucional. O Sindifisco-PB adotará medidas para resguardar a segurança do colega e sua liberdade de expressão.